

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ENGAJAMENTO PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE¹

Crescêncio Pereira, Euclides Gonçalves, Salvador Forquilha, Alex Shankland e Patta Scott-Villiers

INTRODUÇÃO

Moçambique é considerado uma das economias com maior probabilidade de prosperar no futuro próximo, graças ao potencial da exploração dos seus recursos naturais, com ênfase para os depósitos de gás natural que despertaram o interesse de multinacionais do sector de energia. Nos últimos vinte anos, o Governo tem atraído investimento estrangeiro a fim de transformar as vastas reservas de combustíveis fósseis num fluxo de receitas capaz de financiar as necessidades de desenvolvimento (Sambo, 2020).

Com o iminente início da exploração do gás natural na província nortenha de Cabo-Delgado, Moçambique entrou para o debate global sobre a transição energética, entendida como o processo de substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia de baixo carbono.²

Os combustíveis fósseis dão conta de aproximadamente 84% das necessidades de consumo de energia no mundo (BP, 2022), pelo que uma mudança estrutural significativa nos mecanismos de produção e consumo de recursos energéticos tem implicações diferentes de acordo com as condições políticas e socioeconómicas de cada país. É assim que, na última década, o debate sobre a transição energética desdobrou-se para incluir questões como “transição justa”, “democracia energética” e “pobreza energética” com o objectivo de reduzir as desigualdades globais, regionais e locais.

Este texto explora a intersecção entre transição justa, democracia e pobreza energética para avaliar a possibilidade de um engajamento público para uma transição energética que tenha em conta a preservação do ambiente e o bem-estar dos cidadãos em Moçambique. Adoptamos a

¹ Este capítulo foi produzido no âmbito de um programa internacional de pesquisa intitulado “Criando Espaço para o Diálogo sobre Transições Justas nas Regiões Produtoras de Petróleo e Gás em África”. O programa foi financiado pela Academia Britânica e coordenado pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex. Para ler mais sobre o programa: <https://www.ids.ac.uk/projects/making-space-for-dialogue-on-just-transitions-in-africas-oil-and-gas-producing-regions/>.

² Ver, por exemplo, Agyeman, Bullard, & Evans (2003); Abramsky (2010); Bullard (2005); Newell (2021); Newell & Mulvaney (2013); Shukla *et al.* (2022); Veelen & Horst (2018)

noção de “engajamento público” entendida como «a prática de envolver membros do público nas actividades de definição de agenda, tomada de decisões e formulação de políticas de organizações/instituições responsáveis pelo desenvolvimento de políticas» (Rowe & Frewer, 2005, p. 253). A discussão toma como referência a província de Cabo Delgado, onde se iniciaram projectos de desenvolvimentos para a exploração de gás natural (Betsema, Namaganda, & Santpoort, 2019; Gaventa, 2021), para pôr em destaque questões específicas que surgem em países em desenvolvimento detentores de ricas reservas de recursos energéticos. A análise alinha-se a pesquisas que exploram a participação dos cidadãos no desenvolvimento de modelos de transição energética através do aproveitamento e criação de diferentes espaços de diálogo (Armstrong, 2021; Delina, 2018; MacArthur, 2016). Assim, o estudo procurou responder à seguinte questão: que modelo de engajamento público seria adequado para uma transição energética inclusiva em Moçambique?

Os dados primários para esta pesquisa foram recolhidos na cidade de Pemba e no distrito de Metuge, na província de Cabo Delgado, entre Novembro de 2021 e Fevereiro de 2022. Nesse período, realizámos 11 entrevistas individuais a funcionários públicos, investidores, representantes de organizações da sociedade civil e deslocados do distrito de Palma reassentados nos centros de Naminaue e Saul, em Metuge. Com os deslocados do distrito de Palma, conduzimos ainda quatro entrevistas em grupo. Incluímos no grupo de participantes da pesquisa deslocados do distrito de Palma para captar perspectivas de cidadãos residentes em zonas onde estão implantados os projectos de gás natural, uma vez que o acesso a essas zonas era limitado pela intensificação da insurgência militar (Forquilha & J. Pereira, 2021; Habibe, Forquilha, & J. Pereira, 2019).

Na próxima secção, esboçamos o quadro regulador do sector de petróleo e gás nos aspectos concernentes ao engajamento público. Na secção seguinte, discutimos as dinâmicas de três espaços de engajamento público nos quais a questão da transição energética em Moçambique tem sido abordada nas últimas duas décadas. A próxima secção olha para a democracia e pobreza energéticas na província de Cabo Delgado. Antes da conclusão, discutimos a posição de Moçambique em relação à exploração do gás natural e às vias para um engajamento público sobre a transição energética efectivo.

ENGAJAMENTO PÚBLICO NO QUADRO REGULADOR

A primeira Lei dos Petróleos foi aprovada em 1981³, em contexto de política de orientação socialista e conflito interno no País (Morier-Genoud, Cahen, & do Rosário, 2018). Esta lei atribuía à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) o monopólio da concessão dos direitos mineiros

³ Lei n.º 3/81, de 3 de Outubro.

para todas as áreas de pesquisa e produção de petróleo no País e atribuiu-lhe competências para celebrar acordos de partilha de produção com empresas estrangeiras. Em 2001, uma nova Lei dos Petróleos⁴ foi aprovada retirando o monopólio à ENH e instituindo um novo modelo de Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção com o Governo de Moçambique. Entre 2001 e 2014, altura em que a actual Lei dos Petróleos⁵ foi aprovada, o quadro regulador do subsector do petróleo e gás evoluiu com a inclusão de novos dispositivos legais para regular o regime fiscal⁶ e o ambiente⁷. Com o avanço dos trabalhos de prospecção e exploração, o quadro regulador tem sido melhorado para responder às novas dinâmicas no sector.⁸

Os fundamentos do quadro de política do sector dos petróleos fazem referência a cobrança e gestão de receitas, estímulo ao desenvolvimento industrial com atenção ao desenvolvimento local e transparência e responsabilização social. Nesse sentido, o enfoque tem sido na atracção de investimentos, na colheita de receitas e na integração do sector privado nacional para assegurar o conteúdo local na provisão de bens e serviços ao sector (Camba, 2015; Michaque, 2018; Macuácua & Gonçalves, 2020; Macuácua & Melo, 2021).

O *Plano Director do Gás Natural*, que promove a coordenação intersectorial na concepção e implementação de actividades de desenvolvimento baseadas no gás natural, segue a mesma lógica dos instrumentos reguladores acima mencionados quando nota o seguinte:

todas as empresas envolvidas nas actividades do gás natural deverão possuir planos de gestão ambiental que incluem a mitigação dos efeitos adversos nas comunidades e no ambiente. No âmbito da responsabilidade social corporativa, as empresas deverão promover e implementar planos de recuperação ambiental das áreas degradadas mas também promover campanhas de educação e sensibilização das comunidades sobre a importância de preservação ambiental
(Conselho de Ministros, 2014, p. 39)

No que respeita ao engajamento público, as alíneas g) e p) do Artigo 1 do *Regulamento Ambiental para Operações Petrolíferas*⁹ fazem referência a consulta pública e participação pública, respectivamente. Subjacente a estes dois pontos estão processos de auscultação e informação a pessoas colectivas ou singulares, directa ou indirectamente interessadas e/ou

⁴ Lei n.º 3/2001, de 21 de Fevereiro.

⁵ Lei n.º 21/2014, de 18 Agosto.

⁶ Lei n.º 12/2007, de 27 de Junho, e Decreto n.º 4/2008, de 9 de Abril.

⁷ Decreto n.º 56/2010, de 22 de Novembro.

⁸ Ver, por exemplo, Lei n.º 13/2007, de 27 de Junho, sobre direitos aduaneiros na importação de equipamentos destinados às operações petrolíferas, levantamentos topográficos e outros e dos Impostos sobre o Valor Acrescentado e sobre o Consumo Específico; o Decreto n.º 4/2008, de 9 de Abril sobre o Regulamento dos Impostos Específicos da Actividade Mineira; a Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro, que estabelece o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas; Lei n.º 14/2017, de 28 de Dezembro, que altera e republica o Regime Específico de Tributações e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, aprovado pela Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro.

⁹ Decreto n.º 56/2010, de 22 de Novembro.

potencialmente afectadas pelas operações petrolíferas propostas. Tal como nos artigos 7 e 8 sobre a justa indemnização e o artigo 11 sobre o envolvimento das comunidades na Lei dos Petróleos¹⁰, estes exercícios estão circunscritos às avaliações de impacto ambiental que priorizam a mitigação dos impactos dos projectos e não necessariamente o desenvolvimento local participativo.

Dois instrumentos intersectoriais precisam ser considerados, no que respeita ao engajamento público, nomeadamente a Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais¹¹ e o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas.¹² Além de estabelecerem que as empresas do sector extractivo de recursos minerais devem contribuir para o desenvolvimento local com parte dos seus rendimentos, estes instrumentos reguladores incluem múltiplas referências para a auscultação pública e participação de todas as partes interessadas na tomada de decisões relativas aos investimentos sociais realizados ao nível das comunidades.

Como veremos nas próximas secções deste documento, o facto de o quadro regulador adoptar procedimentos «na atribuição de direitos permitem uma participação pública mais activa para envolver cada vez mais a sociedade civil» (Camba, 2015, p. 38) e de existirem instrumentos intersectoriais que promovem a consulta e participação pública, um engajamento público efectivo ao nível local ainda está por materializar.

TRÊS ESPAÇOS DE ENGAJAMENTO PÚBLICO

O envolvimento público na discussão política energética em Moçambique é recente. Está ligado ao processo de descentralização, à reforma do sector público e à recente liberalização do sector de energia. Ao longo dos anos, emergiram três espaços de engajamento público no subsector do petróleo e gás. Estes espaços estão associados a grupos de actores que actuam ao nível central, local e comunitário. Antes de discutir as dinâmicas de cada um desses espaços, apresentamos uma breve caracterização dos principais actores no subsector do petróleo e gás.

PRINCIPAIS ACTORES NO SUBSECTOR DO PETRÓLEO E GÁS

O estudo identificou três grupos principais de actores no subsector do petróleo e gás, nomeadamente instituições do Estado, investidores internacionais e sociedade civil. No grupo de instituições do Estado, está o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), organismo do Estado que providencia orientação e garante a implementação de políticas para a pesquisa, exploração de recursos minerais e de energia, e o desenvolvimento e expansão

¹⁰ Lei n.º 21/2014, de 18 de Agosto.

¹¹ Resolução n.º 21/2014, de 16 de Maio.

¹² Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto.

de infra-estruturas para o fornecimento de electricidade, gás natural e derivados do petróleo. O Instituto Nacional do Petróleo (INP) foi criado por despacho do Conselho de Ministros pelo Decreto número 25/2004, de 20 de Agosto, como sendo a autoridade reguladora responsável pela administração e promoção de operações de petróleos. Trata-se de uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica, administrativa, financeira e patrimonial para realizar operações de petróleos, incluindo o gás, de acordo com a legislação relevante, assegurando a adopção de boas práticas.

A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) é a representante do Estado com a responsabilidade de pesquisar, prospectar e comercializar derivados de petróleo. A ENH promove e integra investimentos no sector dos hidrocarbonetos, assim como cria espaços de diálogo com vários agentes relevantes, incluindo a sociedade civil, nomeadamente a *Cimeira do Gás e Energia de Moçambique*, que tem sido um evento regular desde 2013. No entanto, nesse espaço em concreto, a sociedade civil quer ir além do debate político centrado em questões sobre “investimentos” para poder explorar tópicos como os impactos sociais, económicos e ambientais resultantes desses investimentos e que, de um modo geral, tendem a ser negligenciados.¹³

Os intervenientes internacionais incluem investidores privados, como as empresas petrolíferas e de gás e agências multilaterais. Enquanto o papel das empresas de petróleo em Cabo Delgado tem essencialmente sido limitado à exploração de petróleo e gás, as organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), combinaram o financiamento aos projectos de petróleo e gás com apoio semelhante a projectos de energias renováveis em todo o País, visando o cumprimento do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número sete sobre energia acessível e limpa (Mahumane & Mulder, 2019; Ugembe, Brito, & Inglesi-Lotz, 2022).

Por último, as organizações da sociedade civil e os *media* têm, de alguma forma, vindo a desempenhar um importante papel ao trazer assuntos relacionados com recursos de energia e justiça energética para o domínio público (C. Pereira *et al.*, 2013; Hossain *et al.*, 2021). Organizações de pesquisa, como o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), e de advocacia, como o Centro de Integridade Pública (CIP), promoveram discussões sobre o impacto das políticas do sector extractivo para a economia em geral no contexto das expectativas de crescimento económico rápido resultantes dos investimentos nos subsectores do carvão e do petróleo e gás. As suas acções sugeriram que o modelo de energia adoptado no País não privilegia o alívio do sofrimento das famílias moçambicanas pobres (Castel-Branco, 2014, 2015; Mosca & Selemane, 2012). Alguns estudiosos têm notado que as actividades produtivas, serviços e infra-estruturas são de natureza extractiva e visam aumentar as receitas

¹³ Ver, por exemplo, DW. (2019). “*Cimeira alternativa*” para debate inclusivo sobre megaprojetos em Moçambique, 12 de Novembro. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cimeira-alternativa-para-debate-inclusivo-sobre-megaprojetos-em-mo%C3%A7ambique/a-51209279> (Acesso a 01 de Novembro de 2022).

da exportação do País investindo poucos recursos na criação de ligações entre a indústria extractiva e o resto da economia (Castel-Branco, 2010; Sambo, 2020).

ESPAÇO DE ENGAJAMENTO A NÍVEL CENTRAL

Ao nível central, existe um foro embrionário de debate público em que as organizações da sociedade civil reúnem e discutem a política de energia com o Governo. Isso foi facilitado pelo facto de, em 2002, ter sido lançada a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE), com o apoio do Banco Mundial e do FMI, e de Moçambique ter aderido voluntariamente às regras de transparência na gestão de recursos extractivos como o petróleo, o gás e os minérios. Isto significou o assumir do compromisso de criar um foro envolvendo a sociedade civil em questões relacionadas com a concepção, gestão e monitoria da ITIE.

Neste contexto, organizações da sociedade civil como o CIP e o IESE conseguiram lançar o debate público relativo ao uso das receitas fiscais dos projectos de energia, mas também iniciaram discussões relacionadas com a medida em que o sector extractivo pode efectivamente contribuir para a diversificação da economia (Castel-Branco, 2014). Através do trabalho de uma coligação de organizações da sociedade civil dirigidas pelo CIP, os contratos do petróleo e gás, que era habitual serem mantidos em segredo pelo Governo moçambicano, tornaram-se públicos por meio do uso de redes internacionais. Porém, sempre que se descobre que as condições destes contratos são lesivas para a sociedade moçambicana, a acção cívica tem tido pouco sucesso em transformar os debates públicos em mudanças nas políticas (Awortwi e Nuvunga, 2019; Mosse & Selemene, 2008).

Muitos dos assuntos-chave foram discutidos por um número limitado de organizações da sociedade civil, a maior parte das quais baseada em Maputo. Do ponto de vista do Governo e pelas perspectivas da sociedade civil, os assuntos da energia exigem um alto nível de competência técnica e complexidade que não estão prontamente acessíveis no País.

ENGAJAMENTO A NÍVEL LOCAL

Três aspectos de engajamento merecem destaque ao nível local. Primeiro, as organizações da sociedade civil baseadas em Maputo planearam realizar campanhas de consciencialização e informação para preparar as comunidades nas áreas de implantação de projectos extractivos, para melhor envolver o Estado e os investidores. As organizações da sociedade civil alimentavam a esperança de que a formação das comunidades estabelecidas em redor dos projectos mineiros e de projectos de exploração de petróleo e gás estariam em melhor posição para exigir e obter benefícios, e em conformidade com a legislação nacional (Castel-Branco, 2008; Mosse & Selemene, 2008). A realidade revelou-se diferente, particularmente porque os acontecimentos no sector de energia avançavam mais depressa do que a capacidade da sociedade civil para criar consciência e providenciar apoio às comunidades.

Segundo, houve também organizações da sociedade civil que procuraram assegurar que os direitos das comunidades fossem mantidos através da aplicação de pressão sobre as empresas para que respeitassem as medidas de mitigação de impactos e impedissem a expropriação de terras e as compensações insatisfatórias¹⁴. Por exemplo, alguns participantes no estudo mencionaram o contributo do Centro Terra Viva e da SEKELEKANI para o acesso das comunidades à informação sobre os planos de reassentamento, à comunicação sobre as expectativas dos cidadãos, à partilha de informação e denúncias de injustiças. Pelo seu trabalho, estas organizações receberam ameaças e intimidações por parte do Governo, que passou a instruir a polícia a monitorar o trabalho que essas organizações faziam no terreno (Salomão, 2020). Sobre a situação da expropriação de terras, um dos entrevistados explicou nos seguintes termos:

No distrito de Palma, todas as machambas estão vendidas por estes empreendimentos. Eu pergunto: será que todos habitantes vão ter emprego na indústria extractiva? Não. Deixam a machamba, como vão ter meios de subsistência? Vai ser difícil. Podemos ter aquela situação que temos ouvido falar no Brasil, do movimento dos sem-terra... e pode acontecer. A outra questão não menos importante, estas compensações naquelas áreas [de exploração do gás], as machambas, as pessoas tiveram uma mínima preparação de literacia em termos de negócios? O que eu penso é que a população pensa que esses projectos [do gás] são deles. Receberam dinheiro agora, mas no futuro quando começar a produção vão voltar a exigir (...) E isso pode ser um outro foco de conflito grave.¹⁵

Isso explica, até certo ponto, o motivo de a forma de activismo mais visível relacionada com os sectores de energia ser associada a expropriação de terras (César *et al.*, 2020; Trindade, Cruz, & José, 2015). Por exemplo, desde a confirmação da existência de reservas substanciais de gás na região de Cabo Delgado, o Governo começou a atribuir títulos de aproveitamento e uso da terra aos projectos do gás sem consultar as comunidades afectadas que foram alvo de reassentamento físico e económico (Salomão, 2020, 2021).

O terceiro aspecto tem que ver com o activismo ligado ao ambiente. Destacaram-se organizações da sociedade civil, como a Justiça Ambiental (JÁ!) e o *World Wildlife Fund* (WWF), que apresentaram questões relacionadas com o ambiente e opõem-se aos projectos de combustíveis fósseis, favorecendo fontes de energia ambientalmente sustentáveis.¹⁶

¹⁴ Ver, por exemplo, Sekelekani. (2016). *Comunidades Reassentadas em Tete: Narração de Sofrimento*, 29 de Julho. Disponível em: <https://www.sekelekani.org.mz/?p=3043> (Acesso a 22 de Janeiro de 2022); Justiça Ambiental. (2018). *Iniciativas de Conservação Comunitária, Ainda Constituem Um Desafio Para Moçambique*, 21 de Março. Disponível em: <https://justica-ambiental.org/2018/03/21/iniciativas-de-conservacao-comunitaria-ainda-constituem-um-desafio-para-mocambique/> (Acesso a 22 de Janeiro de 2022).

¹⁵ Entrevista individual a um representante da sociedade civil, em Pemba, a 12 de Fevereiro de 2022.

¹⁶ Ver, por exemplo, Savana. (2021). *Anabela Lemos diz que Moçambique não devia avançar nos projectos de gás: É um erro insistir nos megaprojectos extractivistas*, 10 de Novembro. (Acesso a 10 de Novembro de 2021).

ENGAJAMENTO AO NÍVEL DAS COMUNIDADES

Ao nível da comunidade, o envolvimento tem sido pequeno ou inexistente. Existe uma tradição já antiga de as autoridades locais do Estado passarem informação às comunidades em exercícios participativos em que os membros da comunidade pouco têm a dizer. Num país em que a terra continua a ser propriedade do Estado e os cidadãos têm o direito de a trabalhar ou desenvolver, os protestos contra os projectos da indústria extractiva são frequentemente apresentados como necessidades do desenvolvimento nacional que as comunidades devem acolher. Mas quaisquer deliberações para este fim esbarram em obstáculos se a disposição do Governo prevalecer.

Uma outra componente importante do envolvimento ao nível da comunidade relaciona-se com o debate do “conteúdo local”, que se preocupa principalmente com a forma como as elites nacionais podem capitalizar sobre as oportunidades para fornecer bens e serviços aos projectos relacionados à energia (Macuane, Buur, & Monjane, 2018). O emprego e as oportunidades de negócio para a população local são marginais e o argumento prevalecente é o da falta de capacidade, nomeadamente qualificações. Existe aqui um debate silencioso em que a população local questiona a sua exclusão quando os projectos de energia aparentam prover bastantes oportunidades para os “estrangeiros” adquirirem riqueza (Cruz & Silva, 2015). Este ressentimento pode ser observado em conversas quotidianas com pessoas da província de Cabo Delgado, particularmente em Pemba, a cidade capital, e do distrito de Palma.

Dada a complexidade e a novidade do sector de energia em Moçambique, este requer envolvimento cívico a vários níveis. Nesta fase, a ligação entre os vários níveis do envolvimento cívico é fraca. Os decisores políticos são incumbidos de assegurar que Moçambique é capaz de beneficiar dos seus recursos de combustíveis fósseis, por vezes sem um debate público adequado. As organizações da sociedade civil que apoiam as comunidades promovem uma agenda para a protecção dos direitos da terra e do ambiente, tomando como referência experiências em Moçambique e noutras partes do mundo. Por sua vez, as comunidades locais estão preocupadas principalmente com as oportunidades imediatas para melhorarem as suas bases de subsistência, recorrendo a protestos esporádicos quando sentem que as suas necessidades estão a merecer pouca consideração, enquanto os estrangeiros chegam e prosperam nas suas terras.

DEMOCRACIA E POBREZA ENERGÉTICAS EM CABO DELGADO

DEMOCRACIA ENERGÉTICA

Os resultados da pesquisa mostram que, do ponto de vista de procedimentos e engajamento público, as populações do distrito de Palma e da província de Cabo Delgado têm diversas

reclamações relacionadas ao estabelecimento do projecto de exploração de gás naquela região. Por exemplo, várias comunidades sentem que as elites políticas nacionais contribuíram para a expropriação das suas terras pelas elites políticas para beneficiar projectos relacionados com o gás na região. Invariavelmente, os governos locais não foram capazes de se opor à elite governante e à hierarquia do partido no poder em defesa da população local (Macuane & Muianga, 2020; Salimo, 2018; Trindade, Cruz, & José, 2015). Como sublinhado num estudo recente realizado em Cabo Delgado,

O processo de expropriação de terra por parte do Governo é ilegal, na medida que nunca fez declaração formal no Boletim da República para depois conduzir o processo de expropriação por força dessa publicação e consequente negociação sobre pagamento prévio de compensação e justa indemnização (Cunha, 2019, p. 68).

Além disso, muitas vezes, a tentativa de reclamação pelos seus direitos provocou uma reacção de intolerância e repressão por parte das estruturas do Estado. Por exemplo, ao questionar sobre os benefícios relacionados aos projectos do gás, no excerto seguinte, um natural de Palma, acolhido no centro de deslocados de Saul, em Metuge, observa o seguinte:

O povo moçambicano não tem direito, quem tem direito é o Governo. Então, é por isso que o povo moçambicano tem medo de questionar pelo menos estas questões [sobre ganhos relacionados com os projectos do gás] porque quando você diz a verdade em vez de você ser remunerado segundo o seu direito, então você é cortado, você é agarrado, você é condenado; sempre quando você diz a verdade. Então, por isso torna[-se] difícil alguém levantar-se e introduzir, questionar acerca desse assunto. É por isso às vezes os cantores, eles é que são capazes de introduzir essas questões. Por via da música que está a cantar, mas dizendo a verdade. O tema da música é que diz a verdade acerca desse assunto. Mas ao vivo, não, torna[-se] difícil.¹⁷

Assim, os naturais assumiram que o Governo tomou as decisões por eles e que os seus direitos não estavam a ser reconhecidos, especialmente no que se refere ao processo de aquisição de terras. Como existe um sentimento de que o Governo decide por eles, “mesmo que não seja esse o desejo da pessoa”, as pessoas acabaram por aceitar entregar as suas terras em troca de compensação e reassentamento, esperando poder começar uma nova vida. Um reassentado de Palma entrevistado num campo de reassentamento em Metuge manifestou a sua insatisfação nos seguintes termos:

¹⁷ Discussão de grupo focal com deslocado de Palma, em Metuge, Cabo Delgado, a 11 de Fevereiro de 2022.

*O que eles [o Governo e os investidores] prometiam para bem dizer? É muita coisa. Muito-muito que a gente vai ter emprego (...) muita coisa que não consigo dizer. Mas agora, desde que surgiu esse problema de guerra não sabemos o que está a acontecer porque já está tudo destruído. Até promessas que estavam a nos prometer, não estamos a ver que aquilo vai acontecer. Estamos assim descontrolados totalmente. Tudo estragou-se. Estamos assim, para comer é um grande problema...*¹⁸

Embora a extracção de gás, particularmente *onshore*, ainda não tenha começado e, ao mesmo tempo, a situação de insegurança resultante do conflito prevaleça, a fase de mobilização tem animado a economia da região como resultado da procura por bens e serviços associados às fases de construção dos projectos.

Dada a fraca ou inexistente discussão sobre o acesso das comunidades locais aos benefícios da exploração do gás, as comunidades locais insistem em trazer para a mesa de discussão pelo menos duas exigências: a sua inclusão no grupo de intervenientes que virão a beneficiar das actividades de geração de rendimentos durante a fase de construção dos projectos, e uma compensação justa pela sua terra sempre que o reassentamento for inevitável. Por conseguinte, os cidadãos esperam ver justiça na distribuição dos ganhos resultantes da exploração do gás, sendo envolvidos na estratégia de desenvolvimento das suas comunidades, principalmente relacionadas com oportunidades de emprego nos projectos do gás e no pequeno comércio, melhores estradas, escolas, formação técnica, condições para usar a terra e o mar para pescar, ter comida na mesa, entre outras. Um entrevistado de Palma em Metuge elucida este ponto:

*Em Palma houve um problema num dos anos passados que é: sempre os de Palma não entravam, não tinham acesso para trabalhar [nos projectos do gás]. Então, surgiram uns problemas. Porquê estão a trazer milhões [de trabalhadores]. E os engenheiros são moçambicanos? Nós também somos moçambicanos. E levam os de sul, vêm trabalhar e deixam-nos aqui a sofrer. E então, saíram os problemas. E foi a vez que, então, a empresa [projectos do gás] fez maneira de [as pessoas de Palma] entrarem na empresa.*¹⁹

Ainda que o emprego para os naturais signifique frequentemente empregos precários, os participantes da pesquisa davam valor às oportunidades que tinham. Além disso, pretendem aceder a oportunidades de formação, particularmente os jovens, para melhorar as suas capacidades em áreas relevantes para o sector de energia. Isso também foi tido como um exemplo de empoderamento local a ser seguido noutras partes do País.²⁰

Durante o processo de estabelecimento do projecto de exploração do gás em Cabo Delgado fica evidente que há um espaço limitado para o engajamento público, particularmente no

¹⁸ Entrevista individual com um deslocado de Palma, em Metuge, Cabo Delgado, a 10 de Fevereiro de 2022.

¹⁹ Entrevista individual com um deslocado de Palma, em Metuge, Cabo Delgado, a 10 de Fevereiro de 2020.

²⁰ Ver também Habibe, Forquilha, & J. Pereira (2019); e Feijó, Maquenzi, & Agy (2022).

que respeita a espaços de interacção entre cidadãos e o Governo. De facto, o engajamento público sobre transição energética no subsector do petróleo e gás está a ocorrer num contexto caracterizado pelo fechamento do espaço cívico em Moçambique. Desde 2015, têm-se intensificado ataques a figuras públicas que se pronunciam sobre questões políticas e repressão a protestos públicos. Enquanto os *media* digitais e as expressões de cultura popular funcionam como vias alternativas para uma acção política que não coloca o cidadão em confronto directo com o Estado, as restrições à liberdade de expressão, de manifestação e acesso à informação têm aumentado (C. Pereira & Forquilha, 2020; C. Pereira, Forquilha, & Shankland, 2021). Em 2022, algumas organizações da sociedade civil mostraram-se cada vez mais apreensivas em relação à nova proposta de regulamentação das actividades de organizações cívicas, receando que novos dispositivos legais estabeleçam restrições ao engajamento público e aumentem o policiamento dos espaços digitais.²¹ Avaliações internacionais sobre o espaço cívico em Moçambique reportam este aumento do controle do Estado sobre vozes dissidentes nos *media* e organizações da sociedade civil que advogam pelos direitos dos cidadãos (ver Tabela 1).

TABELA 1. CATEGORIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE EM ÍNDICES SOBRE O ESPAÇO CÍVICO

Nome do índice	Ano	Categoria
Economist Democracy Index	2021	Autoritário
Civics Monitor	2021	Repressivo
Freedom House	2020	Não livre

Fonte: Adaptado de Newell et al. (2022).

Outro aspecto que tem contribuído para isso pode ser o próprio contexto violência política em Cabo Delgado, o que forçou muitos cidadãos a fugir das suas áreas de residência, onde tinham a possibilidade de tirar partido de actividades geradoras de rendimentos associadas com os projectos do petróleo e gás.

POBREZA ENERGÉTICA

A pobreza energética é um aspecto importante a ser considerado. Entre os participantes deste estudo, o acesso à energia continuou associado à rede de electricidade providenciada pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), a partir da barragem de Cahora Bassa, e a empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM). Os entrevistados também estavam receptivos a projectos de energias renováveis, desde que esses satisfizessem as suas necessidades de energia. Por exemplo, a percepção relativamente a projectos de energia solar conhecidos são limitados à

²¹ Ver, por exemplo, Justiça Ambiental. (2022). *Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos Uma revisão a uma parte da Lei das Associações ou um atentado à liberdade das organizações sem fins lucrativos, reconhecido na Constituição da República?*, 23 de Setembro. Disponível em: <https://justica-ambiental.org/2022/09/23/lei-das-organizacoes-sem-fins-lucrativos/> (Acesso a 02 de Novembro de 2022).

iluminação pública ou ao consumo doméstico normalmente associado à iluminação e carga de telemóveis. Entretanto, apesar da sua condição de pobreza estrutural²², a maior parte dos lares requerem energia eléctrica para um conjunto de utensílios que incluem aparelhos de televisão e refrigeradores. O entretenimento, as notícias e as comunicações são tidas como componentes importantes da pertença à comunidade nacional, enquanto o acesso à refrigeração possibilita a conservação de alimentos e a operação de pequenos negócios de venda de alimentos congelados. Finalmente, os projectos de energia solar também têm sido descritos como pouco fiáveis, especialmente quando comparados à clássica rede eléctrica pública. Como disse um entrevistado do distrito de Palma abordado no campo de reassentamento de Naminaue, «... essa aí [energia solar] não tem mais força que a de Cahora Bassa. Às vezes, quando chove, falha».²³

As limitações das energias renováveis foram manifestadas por outros participantes que se mostraram preocupados também com o custo das energias renováveis, manifestando dúvidas sobre a viabilidade de uma transição energética, actualmente, em Moçambique. Por exemplo, um representante do sector da sociedade civil em Pemba explicou:

Nós como instituição já estamos a trabalhar nessa área de energias renováveis através de painéis solares, lanternas... Não é fácil. Não é fácil porque o preço dos próprios painéis solares não é barato. Não é qualquer pessoa que pode ter. Nós estamos a fazer intervenções nas zonas onde não há energia e a probabilidade de a energia chegar lá é remota. Essa transição energética que se está a falar não terá custos? Essa transição energética não terá custos para a transição, os beneficiários, a comunidade? Será gratuita? Qual é a diferença? Ok, para o meio ambiente é bom, mas não terá custos? Agora, nós estamos a fazer porque queremos energia limpa, queremos seguir o exemplo dos países europeus. Quantos países europeus em zonas que tem esse tipo de energia é eficaz e eficiente para se fazer movimentar toda essa economia?²⁴

Deste modo, percebe-se que uma transição energética dificilmente pode ser separada de uma democracia energética que tome em consideração a participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento. O envolvimento de organizações da sociedade civil para servirem de intermediários dos cidadãos e contribuírem para a criação de espaços de diálogo entre os cidadãos, Governo e investidores apresenta-se como um dos requisitos para uma transição energética justa.

²² Tal como noutras partes da província de Cabo Delgado, as comunidades de distritos que hospedam projectos de petróleo e gás vivem em condições de pobreza estrutural. Por exemplo, apesar de ser rica em minério e hidrocarbonetos, a província de Cabo Delgado tem níveis elevados de pobreza e o acesso a serviços públicos básicos é muito reduzido (Feijó, Souto, & Maquenzi, 2020).

²³ Entrevista individual com um deslocado de Palma, em Metuge, Cabo Delgado, a 12 de Fevereiro de 2020.

²⁴ Entrevista individual com um representante da sociedade civil, em Pemba, Cabo Delgado, a 12 de Fevereiro de 2020.

Enquanto beneficiam das experiências de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, é um desafio para as organizações da sociedade civil moçambicanas participarem da mesma forma nas múltiplas e complexas questões relacionadas com as políticas de energia e a sua implementação. Como resultado, os espaços de envolvimento são fragmentados e irregulares, embora as coligações da sociedade civil moçambicana tenham alcançado resultados notáveis nos diálogos de políticas nas últimas duas décadas.

UM ENGAJAMENTO PÚBLICO A PARTIR DE MOÇAMBIQUE

Nesta secção, colocamos em perspectiva o debate global e nacional sobre a transição energética para avaliarmos as suas implicações para o engajamento público em Moçambique. Começamos, primeiro, por discutir o posicionamento de Moçambique sobre a exploração dos combustíveis fósseis, depois questionamos os pressupostos das abordagens dominantes sobre transição energética e terminamos com subsídios sobre como proceder para um engajamento público no sector energético em Moçambique

MOÇAMBIQUE E OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

No âmbito da 26.^a *Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas* (COP26), realizada em Glasgow, em Novembro de 2021, circulou nas redes sociais e nalgumas plataformas de *media* um cartaz de uma activista que apelava que parassem os financiamentos internacionais aos projectos de gás em Moçambique (ver Imagem 1). A imagem gerou debate entre académicos, comentadores, jornalistas e cidadãos interessados. Esse debate pode ser resumido em duas posições principais.

A primeira posição, que é minoritária, considera que, em favor do ambiente, os projectos de gás não podem ser pensados como prioridade para o desenvolvimento de Moçambique e, se possível, devem ser completamente abandonados. Em Moçambique, a organização JÁ! tem sido a proponente desta abordagem. Num relatório produzido com parceiros globais do movimento contra a exploração de combustíveis fósseis, a organização denuncia o papel de França na promoção do financiamento aos projectos de gás em Moçambique e inclui um conjunto de impactos para o ambiente, tensão e conflitos sociais e falta de responsabilização social (Marchand *et al.*, 2020; Wensing, 2022).

A posição maioritária é defendida por aqueles que consideram que os projectos de gás devem avançar porque eles anunciam níveis de receita que podem contribuir para o desenvolvimento de Moçambique. Defensores desta posição consideram injusto que Moçambique se posicione do lado de países desenvolvidos que fizeram uso de combustíveis fósseis para o seu próprio desenvolvimento e que são aqueles que actualmente são os maiores produtores de gases do efeito de estufa. Adicionalmente, consideram que os ganhos resultantes dos projectos de gás

só poderão contribuir para o desenvolvimento do País num ambiente de transparência e prestação de contas por parte do Governo e dos investidores.

IMAGEM 1. CARTAZ DA CAMPANHA CONTRA O FINANCIAMENTO DO GÁS APRESENTADO DURANTE A COP26



Fonte: Facebook da JÁ! (<https://www.facebook.com/ja4change>), 6 de Novembro de 2021.²⁵

Esta posição converge com o posicionamento de outros grupos da sociedade civil africanos que questionam a proposta de transição energética que passa por manter os combustíveis fósseis no subsolo. Sendo que África tem o menor consumo de energia *per capita*, os níveis mais baixos de renda *per capita* existentes e a menor pegada de carbono acumulada historicamente de qualquer região do mundo (Adow, 2020), abdicar dos rendimentos a advir da exploração de combustíveis fósseis apresenta-se como uma proposta injusta. Muitos países africanos dependem das receitas do petróleo e do gás para financiar o desenvolvimento humano dos seus cidadãos.

É assim que, no contexto da COP26, a Aliança Pan-Africana de Justiça Climática (PACJA) divulgou um comunicado em que afirma que a COP26 mostrou claramente que «há uma agenda do Norte para encontrar meias medidas que acomodem os maiores poluidores do mundo enquanto oprimem comunidades africanas e as de outras nações em desenvolvimento», colocando assim em questão as decisões tomadas neste evento, considerado, ele próprio, um exercício permeado de práticas excludentes.²⁶

²⁵ Sobre o debate nas redes sociais acerca do não financiamento ao gás em Moçambique, ver, por exemplo, Carta de Moçambique. (2021). *As alterações climáticas, a energia e Moçambique, comenta Álvaro Carmo Vaz*, 16 de Novembro. Disponível em: <https://www.cartamaz.com/index.php/politica/item/9296-as-alteracoes-climaticas-a-energia-e-mocambique-comenta-alvaro-carmino-vaz> (Acesso de 02 de Novembro de 2022).

²⁶ Ver United Nations Climate Change Secretariat. (2021). *Press conference, Pan African Climate Justice Alliance (PACJA)*, 12 de Novembro. Disponível em <https://unfccc-cop26.streamworld.de/webcast/pan-african-climate-justice-alliance-pacja> (Acesso a 10 de Outubro de 2022).

Em Moçambique, os combustíveis fósseis têm sido vistos como uma via para geração de renda e oportunidades de trabalho para a promoção do desenvolvimento. Esta visão está reflectida em documentos como o *Plano Director do Gás Natural* que considera que a exploração do gás natural cria oportunidades para «impulsionar o desenvolvimento de outras actividades, em particular de carácter industrial e agroindustrial, como uma importante fonte de geração de emprego local e nacional, contribuindo desta forma para o desenvolvimento do capital humano e da economia em geral» (Conselho de Ministros, 2014, p. 21).

Em fóruns globais, o Governo de Moçambique tem sido consistente com as políticas adoptadas no País. Na COP26, o então Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, defendeu a importância dos projectos de gás para o desenvolvimento socioeconómico do País e posicionou-se a favor de uma transição energética gradual e faseada, que permitiria a Moçambique continuar com os seus projectos de exploração de gás natural nas próximas décadas. No mesmo evento, o representante do Governo pediu o apoio de organizações bilaterais e multilaterais para a mobilização de recursos e tecnologias para a implementação de um programa de transição energética que inclui fontes mais limpas e amigas do ambiente.²⁷ A posição de Moçambique tem apoio dos parceiros de cooperação que têm dedicado recursos para a expansão do acesso a diversas fontes de energia no País. Apelos do Governo para financiamentos à exploração do gás têm tido respostas positivas. Por exemplo, há cerca de 10 anos, o Banco Mundial estabeleceu um projecto para a Assistência Técnica à Mineração e ao Gás com o objectivo de fortalecer a capacidade e os sistemas de governação das principais instituições de gerirem os sectores de mineração e hidrocarbonetos em Moçambique. Uma das componentes deste projecto estava relacionada com a capacitação em gás natural e a reforma da governação neste subsector. Um dos produtos deste apoio é o actual *Plano Director para o Gás Natural* em Moçambique.

O Banco Mundial, assim como a União Europeia, tem investido no apoio à exploração do gás visto como combustível de transição com potencial para impulsionar o desenvolvimento de Moçambique.²⁸ Este financiamento aos projectos do gás tem sido acompanhado por múltiplos projectos voltados para as energias renováveis. Contudo, há um notável desequilíbrio nos esforços de investimento. Gaventa nota que, até 2021, «o apoio internacional total para todos os projectos de energia renovável em Moçambique era de USD 230 milhões que representa um sexagésimo dos volumes de financiamento público fornecido apenas ao projecto GNL de Moçambique» (Gaventa, 2021, p. 19).

²⁷ Ver, por exemplo, Notícias. (2021). *Conferência sobre mudanças climáticas: País propõe uso do gás para a transição energética*, 03 de Novembro. (Acesso a 03 de Novembro de 2021).

²⁸ Ver, por exemplo, Diário Económico. (2022) «*UE Vai Continuar a Apoiar Moçambique Para Maximizar Potencial do Gás Natural Enquanto Energia de Transição*», António Sánchez-Benedito, 14 de Maio. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2022/05/14/oilgas/ue-vai-continuar-a-apoiar-mocambique-para-maximizar-potencial-do-gas-natural-enquanto-energia-de-transicao-antonio-sanchez-benedito/> (Acesso a 23 de Outubro de 2022).

Estes posicionamentos sobre o uso de combustíveis fósseis não podem ser vistos como posições duras. Pelo contrário, a prática tem mostrado que o movimento pró-ambiente está preocupado com as relações intergeracionais, o bem-estar das gerações futuras, mas também em garantir que no debate sobre a transição energética sejam considerados a criação de empregos e os benefícios económicos para as comunidades locais em qualquer cenário de produção de energia. Da mesma forma, o Governo de Moçambique tem desenvolvido um conjunto de instrumentos como a Política de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis²⁹ e a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, que têm como objectivo reforçar a segurança energética local e nacional e contribuir para a geração de rendimentos e emprego, incluindo o auto-emprego, e para o combate à pobreza, ao nível local e nacional. O *Plano Director do Gás Natural* refere que recursos naturais como o gás devem contribuir «para o desenvolvimento socioeconómico do país, ao mesmo tempo que preservem o meio ambiente e garantam que as futuras gerações usufruam destes recursos e possam satisfazer as suas necessidades e continuar a desenvolver o país» (Conselho de Ministros, 2014).

COMO FAZER O ENGAJAMENTO PÚBLICO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM MOÇAMBIQUE?

Tanto em Moçambique como nos países desenvolvidos, qualquer discussão sobre o engajamento público na transição energética tem de considerar as realidades locais (Newell *et al.*, 2022). O paradigma actual sobre a transição energética assume um conjunto de pressupostos que precisam ser questionados e não assumidos.

O modelo dominante de engajamento público para transição energética assume que, nestes processos, as estratégias de engajamento público são implementadas em países onde existe uma governação democrática e nos quais os interesses dos cidadãos são priorizados. Este pressuposto não se aplica a países como Moçambique, em que a riqueza de recursos naturais acontece num contexto de governação pouco aberto à participação dos cidadãos. Os interesses da elite política muitas vezes não estão alinhados com as necessidades de bem-estar dos cidadãos, em parte pela ausência de plataformas efectivas de planificação e responsabilização social.

É importante reconhecer que nem todos os países têm esferas cívicas com a mesma dinâmica. Por um lado, há que considerar a capacidade das próprias organizações da sociedade civil para realizarem trabalho de advocacia em prol da transição energética em contextos em que estas instituições podem também estar em competição umas com as outras. Por outro, há que considerar que, em muitas partes do mundo, estamos a assistir a um fechamento do espaço cívico. Esta tendência tem sido registada em Moçambique (C. Pereira, Forquilha, & Shankland, 2021).

²⁹ Ver Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2009, de 14 de Outubro.

Por fim, é necessário considerar que as comunidades locais são homogêneas. Os posicionamentos e as propostas de engajamento público não são adoptadas por unanimidade porque as oportunidades e benefícios não são apreciados e distribuídos para todos na mesma medida. Há relações locais de género, estatuto social e etnia que precisam ser consideradas.

Para ser eficaz, em contextos como o de Moçambique, o trabalho de advocacia para uma transição energética justa deve ser inovador, procurando explorar janelas de oportunidade para reformas positivas, como aconteceu com o momento de adesão de Moçambique à ITIE. O trabalho de advocacia feito nas comunidades pode ser estendido para outros espaços criados e controlados pelo Governo, mas para os quais os cidadãos também têm acesso. No caso, *a Cimeira do Gás e Energia de Moçambique, a Conferência e Exposição de Mineração, Petróleo, Gás e Energia de Moçambique*³⁰ e instituições como Observatórios de Desenvolvimento a nível provincial e distrital podem oferecer oportunidades para engajamento público.

As organizações da sociedade civil moçambicanas precisam navegar melhor a posição ténue de dependência do financiamento dos doadores que as obriga a seguir agendas externamente determinadas. Ao nível local, há a necessidade de reconhecer que as comunidades locais são grupos heterogêneos onde existem relações de poder desiguais e múltiplas vozes de acordo com interesses diversos. As intervenções da sociedade civil têm o desafio de captar esses múltiplos interesse ao mesmo tempo que devem procurar articular com os representantes do Governo a vários níveis.

As organizações da sociedade civil podem também abordar as empresas petrolíferas, os parceiros de cooperação para o desenvolvimento e os governos estrangeiros realizando campanhas de advocacia nacionais e internacionais, abordagem que tem sido adoptada, por exemplo, pela organização da sociedade civil pró-ambiente Justiça Ambiental.³¹

As organizações ambientalistas têm o desafio de articular a tensa relação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento ao nível local. Sendo parte de movimentos globais, estas organizações advogam soluções que não têm o apoio de todos sectores das comunidades locais, especialmente aquelas que nas zonas produtoras de recursos energéticos procuram soluções para as múltiplas formas de pobreza que enfrentam no quotidiano.

Por fim, o movimento para uma transição energética em Moçambique deverá considerar a fraca articulação entre os diferentes espaços de engajamento ao nível internacional, nacional e local. Dessa fraca articulação resultam questões sobre a legitimidade dos grupos de advocacia, principalmente porque o debate sobre o engajamento público está situado num campo que coloca em posições opostas os que advogam que o petróleo e o gás oferecem uma oportunidade para gerar recursos para o desenvolvimento do País e os que consideram que os impactos para

³⁰ Esta conferência e exposição reúne responsáveis do Governo de Moçambique, Ministros e *stakeholders* da indústria de Mineração, Energia e Indústria de Petróleo e Gás com investidores internacionais, promotores e intervenientes na cadeia de valor do sector privado.

³¹ Ver, por exemplo, Marchand *et al.* (2020).

o ambiente justificam que sejam encontradas alternativas para solucionar a pobreza energética e o desenvolvimento de Moçambique.

CONCLUSÃO

Este estudo mostrou que, para serem analiticamente mais produtivos, os conceitos de circulação global, como o de transição energética, precisam ser adaptados para dar conta de realidades específicas num mundo que, historicamente, tem produzido relações desiguais. No caso de Moçambique, a estratégia para a transição energética passa pela exploração do gás natural, mas esta abordagem tem como limitação as características da indústria extractiva que produz poucas oportunidades de desenvolvimento ao nível local e tem o potencial de produzir impactos ambientais e sociais nefastos.

Pressupostos de noções como engajamento público ou participação pública devem também ter em conta os contextos onde são introduzidas, de forma inseri-las nas dinâmicas de poder local e capitalizá-las com as experiências positivas existentes. No caso de Moçambique, foi demonstrado que qualquer entendimento ou estratégia para um engajamento público para uma transição energética deve considerar os níveis de abertura do espaço cívico, das capacidades dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, e de pobreza energética nas regiões de extracção de recursos naturais. Em regiões como o Norte de Moçambique, onde níveis baixos de cobertura da rede de energia eléctrica se combinam com múltiplas formas de pobreza, os cidadãos colocam os problemas associados à transição energética em segundo plano em favor das necessidades relativas ao desenvolvimento local.

Este estudo sobre transição energética e engajamento público em Moçambique mostrou os desafios que os intervenientes do subsector do petróleo e gás têm para mobilizar e expandir o espaço de debate público sobre formas de avançar no processo de transição energética em Moçambique. Da experiência de engajamento público existente, identificámos os três principais espaços de interacção ao nível internacional, nacional/central e ao nível local. Estes espaços de engajamento seguem dinâmicas mais ou menos autónomas e com poucas interligações. Experiências de engajamento público de Moçambique e outras partes do mundo mostram que as estratégias com maior nível de sucesso reconhecem a necessidade de articulação entre o Governo, as organizações da sociedade civil e a responsabilidade social das empresas para garantir o envolvimento das comunidades, além das convencionais consultas que são realizadas em exercícios para a mitigação dos impactos dos projectos.

REFERÊNCIAS

- Abramsky, K. (2010). *Sparkling a Worldwide Energy Revolution: Social Struggles in the Transition to a Post-Petrol World*. AK Press.
- Adow, M. (2020). The climate debt: what the West owes the rest. *Foreign Affairs*, 99(60).
- Agyeman, J., Bullard, R., & Evans, B. (2003). *Just Sustainabilities: Development in an Unequal World*. MIT Press.
- Armstrong, J. H. (2021). People and power: Expanding the role and scale of public engagement in energy transitions. *Energy Research & Social Science*, 78, 102–136.
- Awortwi, N. & Nuvunga, A. (2019). Sound of One Hand Clapping: Information Disclosure for Social and Political Action for Accountability in Extractive Governance in Mozambique. *IDS Working Paper* [Preprint], (523).
- Betsema, G., Namaganda, E., & Santpoort, R. (2019). Oil and gas investments in Palma District, Mozambique: Findings from a local context analysis. *Shared Value Foundation & LANDac*. <http://www.landgovernance.org/assets/final-edits-20190313-Infobrief.pdf>
- BP (2022). *BP Statistical Review of World Energy 2022 - 71st edition*.
- Bullard, R.D. (2005). *The Quest for Environmental Justice: Human Rights and the Politics of Pollution*. University of California Press.
- Camba, N. (2015). *Quadro de políticas e regulação de petróleo e gás natural em Moçambique*.
- Castel-Branco, C. N. (2008). Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE), Maputo. https://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. *Cadernos IESE* [Preprint], (1). https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains. *Review of African Political Economy*, 41 (Sup1), 26–48. <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>
- Castel-Branco, C. N. (2015). “Capitalizando” O Capitalismo Doméstico: Porosidade e Acumulação Primitiva de Capital Em Moçambique. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & António Francisco (Eds.), *Desafios Para Moçambique 2015* (pp. 123–156). IESE.
- César, F. et al. (2020). *Terra e recursos naturais em Moçambique - Uma análise à sobreposição de direitos do uso e aproveitamento da terra entre comunidades locais e empreendimentos económicos*. Centro Terra Viva. http://ctv.org.mz/wp-content/uploads/2021/05/HOTSPOT_REPORT2021.pdf

- Conselho de Ministros (2014). *Plano Director do Sector do Gás Natural*. file:///C:/Users/user/Downloads/Plano+Director+do+G%C3%A1s+Natural.pdf
- Cruz e Silva, T. (2015). Os desafios pela sobrevivência. In T. Cruz e Silva, M. G. M. Araújo, & A. N. de Souto (Eds.), *Comunidades Costeiras: Perspectivas e Realidades* (pp. 191–229). CESAB.
- Cunha, T. (2019). *Estudo de caso: Cabo delgado (Moçambique). A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come*. Rede Gernika.
- Delina, L. L. (2018). Energy democracy in a continuum: Remaking public engagement on energy transitions in Thailand. *Energy Research & Social Science*, 42, 53–60.
- Feijó, J., Maquenzi, J., & Agy, A. (2022). *Ingredientes para uma revolta juvenil: Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas*. 121. OMR.
- Feijó, J., Souto, A. & Maquenzi, J. (2020). *Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito*. 101. OMR.
- Forquilha, S. & Pereira, J. (2021). Afinal, não é só Cabo Delgado! Dinâmicas da insurgência em Nampula e Niassa. *Boletim IDELAS* 38. IESE.
- Gaventa, J. (2021). *The failure of 'gas for development' - Mozambique case study* (p. 29).
- Habibe, S., Forquilha, S., & Pereira, J. (2019). Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia. *Cadernos IESE*, 17. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf
- Hossain, N. et al. (2021). *Demanding Power: Do Protests Empower Citizens to Hold Governments Accountable over Energy?* Institute of Development Studies. <https://doi.org/10.19088/IDS.2021.056>
- MacArthur, J. L. (2016). Challenging public engagement: participation, deliberation and power in renewable energy policy. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, 6(3), 631–640.
- Macuácuá, E. & Gonçalves, O. de J. (2020). Regime jurídico da regulação do sector de petróleo e gás em Moçambique'. *Revista de Concorrência e Regulação*, A 12(44), 33–64.
- Macuácuá, E. & Melo, R. (2021). O Regime Jurídico da Tributação do Petróleo em Moçambique: Desafios e Fragilidades do Quadro Legal e Institucional. *Julgar*, Outubro, 1–29.
- Macuane, J. J., Buur, L., & Monjane, C. M. (2018). Power, Conflict and Natural Resources: The Mozambican Crisis Revisited. *African Affairs*, 117(468), 415–438.
- Macuane, J. J. & Muianga, C. (2020). Natural resources, institutions, and economic transformation in Mozambique. *WIDER Working Paper Series wp-2020-136*. World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER). <https://econpapers.repec.org/paper/unuwpaper/wp-2020-136.htm>

- Mahumane, G. & Mulder, P. (2019). Expanding versus greening? Long-term energy and emission transitions in Mozambique. *Energy Policy*, 126, 145–156. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.10.056>
- Marchand, C. *et al.* (2020). *Do eldorado do gás ao caos: Quando a França empurra Moçambique para a armadilha do gás*. Amigos da Terra França, Amigos da Terra Intenacional e Justiça Ambiental (JA!).
- Michaque, A. (2018). *Quadro jurídico-legal e regulatório no sector petrolífero em Moçambique*. E. Morier-Genoud, M. Cahen, & D. M. do Rosário (Eds.) (2018). *The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976–1992*. Boydell & Brewer. <https://doi.org/10.1017/CBO9781787442931>.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). Mega-Projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: O Caso de Tete. In L.de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), *Desafios Para Moçambique 2012* (pp. 231–255). IESE,
- Mosse, M. & Selemane, T. (2008). *Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*. CIP.
- Newell, P. (2021). *Power Shift: The Global Political Economy of Energy Transitions*. Cambridge University Press.
- Newell, P. *et al.* (2022). *Just Transitions within Sectors and Industries Globally: Making Space for Dialogue on Just Transitions in Africa's Oil and Gas Producing Regions*. (Research report submitted to The British Academy) Institute of Development Studies.
- Newell, P. & Mulvaney, D. (2013). ‘The political economy of the “just transition”’. *The Geographical Journal*, 179(2).
- Pereira, C. *et al.* (2013). As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa. *Boletim IDELAS* 58. IESE.
- Pereira, C. & Forquilha, S. (2020). *Navigating Civic Space Baseline Report - Mozambique* (p.18). (Baseline report.) IESE.
- Pereira, C., Forquilha, S., & Shankland, A. (2021). Navigating Civic Space in a Time of COVID-19: The case of Mozambique. *Cadernos IESE* [Preprint], (22).
- Rowe, G. & Frewer, L. J. (2005). A Typology of Public Engagement Mechanisms. *Science, Technology, & Human Values*, 30(2), 251–290.
- Salimo, P. (2018). The Politics of LNG: Local State Power and Contested Demands for Land Acquisitions in Palma, Mozambique. In Schubert, Ulf Engel, & E. Macamo (Eds.), *Extractive Industries and Changing State Dynamics in Africa*. Routledge.
- Salomão, A. (2020). *Land-Based Investments in Mozambique: Challenges in Community Rights Protection, Participation and Benefit Sharing*. Utrecht University.
- Salomão, A. (2021). Governação Participativa de Terras em Moçambique: Breve Revisão do Quadro Legal e Desafios de Implementação. *Ambiente & Sociedade*, 24. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210163vu2021L5ID>

- Sambo, M. (2020). Investimento Directo Estrangeiro e o Desenvolvimento Socioeconómico em Moçambique: Dinâmicas, Tensões e Desafios. In Salvador Forquilha (Ed.), *Desafios para Moçambique 2020* (pp. 281–309). IESE. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/Desafios-2020_online.pdf
- Shukla, P. *et al.* (2022). *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change - Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press.
- Trindade, J. C., Cruz, L., & José, A. (2015). *Avaliação Jurídica Independente aos Processos de Licenciamento dos Projectos Minerais e de Hidrocarbonetos*. Centro Terra Viva.
- Ugembe, M. A., Brito, M. C., & Inglesi-Lotz, R. (2022). Measuring energy poverty in Mozambique: Is energy poverty a purely rural phenomenon? *Energy Nexus* [Preprint], (5).
- Veelen, B. van & Horst, D. van der (2018). What is energy democracy? *Connecting social science energy research and political theory*, 46, 19–28.
- Wensing, A. (2022). *Fuelling the Crisis in Mozambique: How Export Credit Agencies contribute to climate change and humanitarian disaster - A case study from Mozambique*. Friends of the Earth Europe e Justiça Ambiental.